JUSTIÇA RESTAURATIVA X FAMÍLIA PATRIARCAL: O USO DA TÉCNICA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO MEIO DE SOLUCIONAR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

DANIELLA SANTOS MAGALHÃES

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Doutoranda em Memória e Linguagem pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Bacharel em Direito pela Faculdade Independente do Nordeste. Licenciada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Advogada. Professora Universitária.

RUY HERMANN ARAÚJO MEDEIROS

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Doutor e Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB. Possui graduação em Direito pela Universidade Católica do Salvador (1971). Coursou Especialização em Direito: "Novos Direitos e Direitos Emergentes" pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Atualmente é professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB e membro do Museu Pedagógico da UESB.

RESUMO: O Direito entende a família a partir da comunhão entre duas pessoas que assumem a responsabilidade pela educação da prole através da autoridade familiar. A sedimentação da construção social de uma entidade familiar, através da união entre o homem e a mulher com fins de procriação ocorreu mediante as interferências da religião, dos costumes e da moral, nascendo e firmando-se direitos e deveres para manutenção deste espaço de convivência. A estrutura patriarcal, então, pode ser considerada como modelo familiar com maior longevidade, e por isso tornando-se o modelo ideal, por um longo tempo, da família no contexto sócio-histórico. No patriarcalismo existe apenas uma figura dotada de personalidade jurídica, conhecida como pater, o qual exerce a função do divino e do juiz dentro do ambiente doméstico. Este poder atribuído pela própria lei concedia como um direito para exercer o dominium na relação de direito obrigacionais e reais, quais sejam: direito pessoal em face da esposa, filhos e escravos; e posse de toda a riqueza material pertencente à família. É neste lugar de convivência e de exercício de direitos e deveres que se tem acompanhado por pesquisas no âmbito da ciência social uma das maiores ocorrências de violações de direitos a configurar em violência doméstica, seja: moral, psicológica, patrimonial e física, em sua maior incidência realizada por aquele que se intitulava como pater. Ressalta-se que os dados estatísticos atestam que o lar é considerado o lugar mais perigoso para a sobrevivência da mulher. Urge uma solução para esta questão social. Sabe-se que, atualmente em tempos de crise, a Justiça Restaurativa se apresenta no âmbito jurídico como uma técnica de solução de conflitos entre os sujeitos sociais, através de uma perspectiva dialógica em que o Estado não esteja apenas a usar o silogismo jurídico na aplicação da sanção prevista pela norma, numa perspectiva punitiva-retributiva, mas fazendo outro caminho em que se busca conhecer o lugar de fala dos sujeitos envolvidos, quais sejam: a vítima e o agressor; numa tentativa de reparação aos danos causados tendo como finalidade última estabelecer a convivência saudável, ainda que ocorra a dissolução matrimonial. Diferente da

Justiça Retributiva que tem se mostrado ineficaz em casos de violência doméstica acredita-se que a Justiça Restaurativa é um caminho a buscar, através do diálogo, a efetividade dos direitos humanos e da restauração do diálogo em situações de violência no âmbito familiar. Para tanto a pesquisa documental consiste no ponto de partida para o enfrentamento do problema proposto acerca do uso da técnica da justiça restaurativa como meio de solucionar os conflitos interpessoais existentes na família patriarcal.

PALAVRAS-CHAVE: DIREITOS FUNDAMENTAIS; FAMÍLIA PATRIARCAL; JUSTIÇA RESTAURATIVA.